

ATA DA 338ª ASSEMBLEIA ORDINÁRIA

Realizada em 10 de abril de 2017

Aos dez dias do mês de abril de dois mil e dezessete, às treze horas, foi realizada a trecentésima trigésima oitava Assembleia Ordinária do Conselho Estadual de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente – CEDCA - PE, na sua sede, localizada na Rua das Ninfas, 65, Boa Vista, Recife, PE. Registra-se a presença dos seguintes conselheiros (as): Nelino José Azedo de Mendonça, titular da Secretaria de Educação; Gabriela Moura e Danielle Claudino, titular e suplente do Gabinete do Governador; Arnaldo Sampaio, titular da Associação de Karatê Goju-Ryu de Pernambuco; Hemi Monique Vilas Boas de Andrade, titular do Centro de Integração Empresa Escola de Pernambuco – CIEE/PE; Edna Claudino Diniz, suplente da Secretaria de Planejamento e Gestão – SEPLAG; José Ricardo de Oliveira, titular do Centro Dom Helder Câmara de Estudos e Ação Social – CENDHEC; Carmem Lúcia Galvão, titular da Secretaria de Desenvolvimento Social, Criança e Juventude – SDSCJ; Silvan Ataíde e José Rinaldo Carvalho da Silva, titular e suplente da Secretaria de Desenvolvimento Social; Eduardo Gomes de Figueiredo, titular da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos- SJDH; Tarciana dos Santos Castelo Branco, suplente da Associação de Desenvolvimento e Ação Social de Itaquitinga – ADASE; Lourdes Viana Vinokur, titular do Centro Diocesano de Apoio ao Pequeno Produtor – CEDAPP. Registra-se também a presença da equipe técnica do CEDCA: a diretora executiva Rosa Barros, Ana Leão, José Clemente da S. Neto, Kalline Gabrielle da Silva, Márcia Santos, Irani do Carmo, João Vianey, Ana Elizabeth Harle de Castro, Sheila Ferreira, Gicélia Souza, Jacqueline Bezerra, Evanilson Alves de Sá. Registre-se ainda a presença dos convidados Eleonora Pereira, Mães pela Igualdade; Silvino Neto, Humberto Lucena e Nivaldo Pereira, Escola de Conselho. Dando início aos trabalhos, após verificar o *quórum*, o Presidente do Conselho, Eduardo Gomes de Figueiredo, procedeu a apresentação da pauta, previamente divulgada por e-mail para os Conselheiros pela Diretoria Executiva, Rosa Barros. Prosseguindo, ainda de acordo com a pauta, foi apresentada e posta em regime de votação a Ata da Assembleia Ordinária 337ª, com a seguinte ressalva: na deliberação que se reporta a aprovação do projeto Conhecer para Fortalecer, proposto pela Escola de Conselhos, acrescentar o valor da segunda parcela (R\$300.000,00) trezentos mil. Procedida a ressalva, a referida ata foi aprovada por todos os conselheiros presentes. Prosseguindo, o presidente convidou o Professor Humberto Miranda, para realizar a exposição da avaliação da Escola de Conselhos de Pernambuco - ECPE, exercício 2016. Iniciando, o Professor convidou o ex-presidente do Conselho, Nivaldo Pereira, para tomar assento à mesa, destacando o papel do ex-conselheiro e que atualmente integrante o Grupo Gestor. Em seguida, esclareceu que a ECPE, que neste ano completa dez anos, resultou de Resoluções do CONANDA e do CEDCA/PE, elaborou a sua proposta pedagógica em estreita sintonia com as resoluções citadas e com as prescrições constantes no Estatuto da Criança e do Adolescente. Passando a avaliação da Primeira Turma de Especialização em Direito da Criança e do Adolescente, informou que dos 42(quarenta e dois) alunos matriculados, 41(quarenta e um) concluíram o curso, o que caracteriza a baixíssima evasão. A turma de Caruru, em fase de conclusão, os alunos estão entregando as monografias e farão a defesa no dia 29(vinte e nove) de abril do corrente ano, na cidade de Caruaru. Emocionado,

acrescenta, que a Escola de Conselhos possibilitou vê algo que não pensou em ver, a exemplo da Chacina de Porção, quando precisou velar corpos e preparar um ato ecumênico no campus da universidade, e também a morte de conselheiro e do motorista quando se deslocavam para a formação. São duas dores inesquecíveis! Em Porção, os conselheiros morreram no exercício de ações que eram funções da polícia. Finaliza enaltecendo a atuação do grupo gestor, que dá o caráter colegiado a gestão da escola. É nesse sentido que a ECPE assume uma trajetória de liderança, um dos motivos pelo qual não pode sofrer interrupções. O conselheiro Romero Silva, perguntou se a redução do aporte financeiro não iria prejudicar a manutenção das metas planejadas para 2017. O Professor respondeu que a preocupação residiu no fato das metas já terem sido pactuadas com o grupo gestor. A Diretora Executiva, Rosa Barros, informou que a com unificação das eleições para os conselhos tutelares, ficará mais fácil aferir o impacto da formação na atuação dos conselheiros. Prosseguindo, o professor esclarece que, apesar das dificuldades do momento, Pernambuco é o único estado da federação que está realizando um conjunto de ações, a exemplo do curso de extensão sobre o marco regulatório do terceiro setor, programado para os dias 26 e 27 de abril. A assessora Irani do Carmo, chama a atenção que o reconhecimento da ECPE, não é só interno, mas também externo. Em seguida, o presidente assume a condução dos trabalhos, passando a apresentação das Câmaras Temáticas. Afirmou que mais uma vez se verifica a baixa participação dos conselheiros nas referidas câmaras. Em seguida, destacou a presença da militante Eleonora Pereira, que solicitou espaço para socializar algumas informações. Franqueada a fala, a militante destacou que várias entidades manifestam interesse em apresentar projetos na área de direitos humanos de crianças e adolescentes GGBT. Destaca que relatório produzido pela Organização Mães pela Igualdade atestam o alto índice de violação de direitos de crianças e adolescentes LGBT. A militante, Eleonora Pereira, comprometeu-se em socializar o relatório mencionado com o Conselho. Retornando a apresentação das Câmaras Temáticas, o presidente encaminhou a discussão sobre a recomposição das referidas câmaras, propondo o desmembramento da sessão em dois blocos, de forma a possibilitar que o conselheiro participe de duas câmaras na mesma sessão. Contrário ao encaminhamento, argumentou-se que as câmaras e políticas públicas e socioeducativas, comumente, trabalham com pautas extensas e teriam a discussão prejudicada. A conselheira Lourdes Vinokur, de forma a conciliar, argumenta que são vinte e oito conselheiros, somando-se titulares e suplentes, o que daria número suficiente para se instalar as cinco câmaras. Sendo assim, aquele conselheiro que não tiver condições de participar deverá solicitar a sua instituição o seu afastamento. Como encaminhamento, se recomendou oficializar todas as entidades e secretarias de estado esclarecendo a necessidade da presença de conselheiros titulares e suplentes. Com relação a recomposição das câmaras temáticas, deliberou-se pela convocação de uma assembleia extraordinária para tratar da recomposição das Câmaras e da definição de suas respectivas coordenações. Com relação Ofício nº 06/2107 – CONED, que trata da regulamentação profissão de cuidador de idosos, após análise, argumenta-se que o projeto possui vício de inconstitucionalidade por estabelecer política de incentivo a formação em profissão ainda não regulamentada por lei federal. Argumenta-se ainda que o projeto dispõe sobre a formação de pessoas com idade inferior a 18 anos. A câmara segure a rejeição do projeto de lei e encaminhá-lo a departamento jurídico para elaborar resposta. A **recomendação** foi acatada por todos os presentes. Ofício nº 80/2017 – SJDH, resposta ao Ofício CEDCA nº 63/2017, sobre continuidade das ações do programa de Proteção à Criança e Adolescentes Ameaçados de Morte –

PPCAAM/PE, deliberou-se pela devolução à Câmara temática para apreciação na próxima assembleia ordinária. Ofício nº 048/2017 – NAJ/CIJ, discorre sobre a legalidade das doações casadas ou vinculadas. Após análise, o pleno acatou as seguintes recomendações: Aguardar a publicação do acórdão; Consultar formalmente a Procuradoria Geral do Estado - PGE; recorrer a outros entes federados que já trataram sobre a matéria, a exemplos do Distrito Federal - DF, Minas Gerais – MG e apresentar ao Ministério Público Estadual MP/PE, Tribunal de Contas do Estado – TC/PE e ao Poder Judiciário, e, após amadurecido o tema, ouvir os argumentos e sugestões do desembargador. Prosseguindo, o encaminhamento foi acatado por todos os presentes. Ofício CMDCA GP 20/2017 – Jupi – PE, a câmara propôs as seguintes recomendações: Sobre a capacitação, aguardar início da formação da Escola de Conselhos; Sobre o apoio à organização do Funda para Infância e Juventude - FIA, a equipe técnica do CEDCA deverá orientar o CMDCA de Jupi sobre os processos de organização e implantação; Sobre a solicitação de Estatutos - ECA, disponibilizar cem exemplares, logo disponha de novas publicações; Sobre modelos de cartilhas disciplinando o fluxo de atendimento, a equipe técnica do CEDCA deverá oferecer/indicar ao CMDCA de Jupi modelos de fluxograma a exemplo do que foi elaborado na época da Copa 2014; Sobre captação de recursos, a equipe técnica do CEDCA deverá orientar o CMDCA de Jupi; Sobre materiais de divulgação, orientar o CMDCA de Jupi a buscar os referidos materiais nas secretarias municipais e estaduais. Ofício nº 011/2017, GAJOP, solicitando apoio à realização do Seminário Nacional de Convivência Familiar e Comunitária, a ser realizado nos dias 22 e 23 de maio de 2017, na cidade de Recife. Deliberou-se pela autorização de doação de 400 pastas, 400 estatutos e 100 coffee breaks. Prosseguindo com a Câmara Temática de Planejamento, Orçamento e Finanças, argumentando o baixo volume de recursos captado, deliberou-se o seguinte: **1.** Intensificar os trabalhos de captação; **2.** O setor apresentar ao pleno o plano anual de captação; **3.** Alterar o formulário das informações financeiras do FEDCA, deixando a leitura e entendimento mais fáceis (a câmara apresentou uma sugestão de novo formato da planilha). **4.** Agendar reunião com a Secretaria Executiva de Orçamento e Gestão – Adriano Danzi – para finalizar a discussão da solicitação de orçamento do CEDCA. Com relação ao Concurso Arte Livre, deliberou-se pelo tema: “Conselho Tutelar: defensor dos direitos da criança e do adolescente”. Com relação a premiação, remeteu-se a decisão para a próxima assembleia. Deliberou-se ainda pela elaboração projeto piloto do curso de justiça restaurativa para posterior chamamento público. Com relação ao pleno descentralizado ficou decidido que os próximos deverão acontecer na cidade de Petrolina, no dia 1º de agosto e, em seguida, no dia 26 de setembro, na cidade de Arcoverde. Para tanto, ficou acordado em se fazer o levantamento de quantos conselheiros e quantos representantes da equipe técnica tem interesse em participar para, assim, realizar as devidas cotações. Em seguida, o presidente agradeceu a presença e contribuição de todos e deu por encerrada a Assembleia.

Eduardo Figueiredo
Presidente do CDCA/PE

Publicada no dia 10 de maio de 2017 no Diário Oficial do Estado de Pernambuco, pág. 15.